

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER AO PROJETO DE LEI Nº 1.079/2019

Apensados: PL nº 4.605/2019, PL nº 2.145/2021, PL nº 3.387/2021, PL nº 3.729/2021 e PL nº 3.924/2021

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que os serviços de saúde onde o parto for realizado ofereçam aos pais ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para prevenção de morte súbita e para primeiros socorros de casos de engasgamento ou aspiração de corpo estranho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que os serviços de saúde onde o parto for realizado ofereçam aos pais ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para prevenção de morte súbita e para primeiros socorros de casos de engasgamento ou aspiração de corpo estranho.

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 8º

.....

§ 3º-A. Os serviços de saúde, onde o parto for realizado, oferecerão aos pais ou aos responsáveis dos recém-nascidos orientações e treinamento para prevenção de morte súbita, primeiros socorros, em casos de engasgamento ou aspiração de corpo estranho, manobra para a desobstrução das vias aéreas e medidas para prevenção dos afogamentos.



§ 3º-B. As orientações e o treinamento serão dados, de modo particular ou em grupos, antes da alta hospitalar do recém-nascido e sua família, sendo facultativa a adesão dos pais ou responsáveis.

§ 3º-C. Os responsáveis pelos serviços de saúde, onde o parto for realizado, deverão afixar, em local visível e de fácil acesso para os usuários do hospital, informação sobre as orientações e o treinamento previstos no §3º-A.

.....(NR)".

Art. 3º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 245-A:

"Art. 245-A. Deixar o responsável pelos serviços de saúde onde o parto for realizado de oferecer as orientações e o treinamento previstos no art. 8º, §3º-A:

Pena – multa de três a vinte salários mínimos, aplicando-se o dobro em caso de reincidência".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2023.

Deputada **LÊDA BORGES**
Presidente

